

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: BP estima baixa de até US\$ 17,5 bi em seus ativos por causa da pandemia	2
Título: Aneel apresentou as condições para o pacote de R\$ 16 bi ao setor	4
Título: Abrace pode levar a Gasmig à Justiça.....	6
Título: Investimento direto na AL deve cair pela metade	7
VEÍCULO: O Globo.....	9
Título: Proibição de corte de energia vale até fim de julho, decide Aneel	9
Título: BNDES tem carteira de 73 projetos de infraestrutura.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Socorro de até R\$16 bi a elétricas	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Por Anjli Raval — Financial Times, de Londres****Título: BP estima baixa de até US\$ 17,5 bi em seus ativos por causa da pandemia**

A BP reduzirá o valor contábil de seus ativos em até US\$ 17,5 bilhões em razão do impacto da pandemia da covid-19, que a levou a cortar suas projeções de preços médios para o petróleo e gás no longo prazo e a prever uma aceleração no abandono dos combustíveis fósseis.

A companhia britânica acredita que o coronavírus terá impacto duradouro na economia mundial, assim como na demanda por petróleo e gás, e projeta que a crise acelerará a transição rumo a fontes mais limpas de energia.

Seu anúncio nesta segunda-feira marca a maior admissão até agora na indústria de petróleo e gás de que investimentos no valor de bilhões de dólares poderiam tornar-se antieconômicos diante dos esforços mundiais para atingir as metas do Acordo de Paris sobre o clima. Por causa da notícias, suas ações foram negociadas em queda no início da tarde.

Sob o comando do novo executivo-chefe Bernard Looney, a BP vem realizando uma reformulação de seus negócios, tentando tornar-se uma organização mais enxuta e com emissões de carbono zero em termos líquidos. Em setembro, a empresa comunicará aos investidores como planeja se “reinventar” e o que sua promessa de, gradualmente, investir menos em petróleo e gás e mais em fontes renováveis significará na prática.

“Esta é uma clara aceitação pela BP de que o passado não serve mais de guia para o futuro”, disse Natasha Landell-Mills, chefe de direcionamento da gestora de ativos Sarasin & Partners. “Até que suas contas estejam alinhadas com [o Acordo de] Paris, seus investimentos em bens de capital não estarão alinhados.”

As suposições da BP para as cotações médias no período de 2020 a 2050 do Brent e do Henry Hub, referenciais do petróleo e gás, respectivamente, agora estão 27% e 31% abaixo das estimativas feitas em 2019. A empresa agora prevê preços médios em torno a US\$ 55 para o barril de petróleo Brent e de US\$ 2,90 para a unidade térmica britânica do gás Henry Hub.

A BP destacou que irá rever alguns de seus projetos de exploração, de forma que parte do petróleo que pretendia produzir continuará debaixo da terra.

A companhia projeta contabilizar no segundo trimestre um total não financeiro, depois dos impostos, de US\$ 13 bilhões a US\$ 17,5 bilhões em encargos por deterioração no valor dos ativos e em baixas contábeis relativas a esses projetos de exploração sendo revistos.

A empresa fez uma distinção com os números antes dos impostos. Nesse critério, os encargos, relativos a propriedades, fábricas e equipamentos serão de US\$ 8 bilhões a US\$ 11 bilhões, enquanto as baixas contábeis de bens “intangíveis”, relativas aos projetos de exploração, serão de US\$ 8 bilhões a US\$ 10 bilhões.

“Essas decisões difíceis - enraizadas em nossa ambição de neutralidade de carbono e reafirmadas pela pandemia - nos darão melhores condições de concorrer ao longo da transição energética”, disse Looney em comunicado, na segunda-feira.

Até 31 de março, essas propriedades, fábricas e equipamentos estavam avaliadas em US\$ 130,2 bilhões - com a parte relacionada a petróleo e gás valendo US\$ 88,6 bilhões. A BP informou que os ativos intangíveis estavam contabilizados em US\$ 15,5 bilhões, sendo US\$ 14,2 bilhões relacionados a projetos de exploração.

Em maio, Looney disse ao “Financial Times” que a pandemia pode ter marcado o “pico” na demanda por petróleo. “Isso não trará mais demanda para o petróleo. Provavelmente, [o petróleo] terá menos demanda”, disse acrescentando que o uso de tecnologias que permitem o trabalho remoto e reduzem a necessidade de viagens poderia persistir.

Alguns investidores, entre os quais a Sarasin & Partners, há muito sustentam que projeções de preços otimistas demais feitas por grandes petrolíferas mundiais as levavam a superestimar seu capital, lucros e capacidade de distribuição de dividendos.

Biraj Borkhataria, da RBC Capital Markets, disse que o balanço patrimonial da BP agora parece estar “pressionado”, de forma que o pagamento de dividendos provavelmente precisará ser encolhido, uma vez que a alavancagem da empresa passará girar em torno a 48%, a maior no setor.

A BP já havia anunciado encargos por deterioração no valor contábil de US\$ 3 bilhões, depois de ter acertado a venda de uma parte de seus ativos nos Estados Unidos por um valor inferior ao do balanço, em meio à queda nas cotações.

Na mesma época, a Shell divulgou que registraria uma baixa contábil de US\$ 2 bilhões, na sequência do anúncio de encargos por deterioração de mais de US\$

10 bilhões pela rival americana Chevron. A espanhola Repsol e a norueguesa Equinor também reduziram o valor de seus ativos nos últimos meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt e Letícia Fucuchima — De Brasília e São Paulo

Título: Aneel apresentou as condições para o pacote de R\$ 16 bi ao setor

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentou ontem as condições da captação de recursos pelo setor por meio de operação de crédito que pode chegar a R\$ 16,3 bilhões. A transação abastecerá o caixa das distribuidoras de energia e evitará o colapso no fluxo de pagamento no setor durante a crise provocada pela pandemia da covid-19.

O financiamento será estruturado por sindicato de instituições bancárias em negociação conduzida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) será responsável por centralizar a contratação.

A diretoria da Aneel voltou a tratar do tema em reunião extraordinária. Até o fechamento desta edição, o comando do órgão ainda não havia submetido o processo à votação.

A relatora do processo, diretora Elisa Bastos, ressaltou que a proposta do governo de criar a Conta Covid garante um “alívio financeiro”, assegurando maior liquidez ao setor e minimizando o impacto tarifário para o consumidor. Isso porque o pagamento do empréstimo será feito de forma diluída com recursos arrecadados na conta de luz nos próximos anos, “pelo tempo necessário” para realizar a amortização.

Elisa reconheceu que, apesar do volume bilionário envolvido na operação, o dinheiro não será suficiente para atender integralmente a demanda do setor no enfrentamento da pandemia. Para ela, há dificuldade em mapear a totalidade dos impactos e a extensão dos efeitos da atual crise.

“A definição da operação de crédito não tem a capacidade de acertar com exatidão a real necessidade de recursos financeiros em questão”, afirmou, na reunião realizada por videoconferência.

O que não for resolvido com o empréstimo bancário deverá ser tratado mais à frente, no âmbito de revisões tarifárias extraordinárias (RTEs). As distribuidoras vinham pressionando a Aneel para que fosse incluído um mecanismo que

permitisse às empresas contabilizar os desequilíbrios calculados por elas nos seus balanços do segundo trimestre.

Durante a reunião, o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Aurélio Madureira, alertou os diretores sobre da agência o risco de credores acionarem a execução antecipada de dívidas. Essa situação poderá gerar até um rebaixamento generalizado de rating no setor elétrico. Esse cenário está previsto para ocorrer daqui a 15 dias.

“Na ausência de ativos que atuem como mitigadores econômicos, o risco de acionamento de cláusulas de renegociação de vencimento antecipado em contratos de financiamento com bancos e debenturistas aumentará significativamente”, disse Madureira.

O presidente da entidade ressaltou que, mesmo assim, a Conta Covid é “passo fundamental” para resguardar a liquidez das empresas e preservar a saúde financeira do setor.

Para ele, o que ocorreria, num primeiro momento, com as distribuidoras de energia diante da dificuldade de honrar compromissos no mercado também viria a afetar, no instante seguinte, os demais segmentos do setor elétrico (geração e transmissão).

“Exatamente por ocupar essa posição de integrador dos demais elos da indústria de energia com o consumidor, a distribuidora acaba sendo a atividade mais afetada pela pandemia tanto no aspecto econômico como financeiro”, afirmou o presidente da Abradee.

Em outra frente de combate aos efeitos da pandemia, a diretoria da Aneel prorrogou ontem a proibição de corte no fornecimento de energia a consumidores inadimplentes até 31 julho. A medida havia sido aprovada inicialmente pelo órgão por 90 dias, até o próximo dia 23, como forma de conter parte dos efeitos da crise atual.

A determinação deverá ser seguida pelas distribuidoras de energia. São beneficiados pela iniciativa os consumidores residenciais e as atividades relacionadas a serviços classificados como essenciais pelo governo enquanto perdurar a situação de calamidade relacionada ao surto do novo coronavírus.

Elisa, que também relatou o caso, disse considerar importante a manutenção da medida como forma de garantir o fornecimento de energia ao consumidor enquanto cumpre o isolamento social. Ela destacou, no entanto, que as distribuidoras não estão impedidas de realizar os procedimentos de cobrança oferecendo, por exemplo, o parcelamento das faturas atrasadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte****Título: Abrace pode levar a Gasmig à Justiça**

Entidade tem entre seus associados grupos que, no total, respondem por 42% do gás natural consumido no país e reclama de repasse de outorga nas contas de consumo

A entidade que reúne grandes consumidores industriais de gás natural pretende comunicar a estatal mineira Gasmig que está disposta a levar à Justiça um questionamento iniciado no ano passado sobre tarifas. A pressão da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) se dá num momento em que a Gasmig se prepara para fazer seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - um passo com vistas à abertura de capital.

A entidade tem entre seus associados grupos que, no total, respondem por 42% do gás natural consumido no país. O motivo do descontentamento da Abrace foi uma decisão do ano passado da estatal de incluir em sua base de cálculo tarifário um gasto de mais de R\$ 850 milhões para os consumidores.

Foi o valor que a empresa teve de pagar em 2019 ao governo mineiro para renovar antecipadamente e por mais 30 anos a concessão que venceria em 2023. O plano não incluía pagamento da outorga - previa que a Gasmig faria um gasoduto até Uberaba para atender a uma unidade de fertilizantes que a Petrobras ergueria na cidade mineira.

A renovação da concessão ocorreu sobre essa perspectiva. Mas a Petrobras desistiu da unidade e o plano do gasoduto caiu por terra. A solução foi o Estado cobrar da Gasmig R\$ 850 milhões pela outorga.

“Isso não tem paralelo com nenhum outro caso. A empresa não deveria ter ganhado a concessão e repassado o custo da outorga para seus consumidores”, diz Adrianno Lorenzo, gerente de gás natural da Abrace. Segundo ele, a entidade que reúne cerca de 50 grandes grupos empresariais, já levou sua crítica à Gasmig, mas a notícia de que a estatal prepara seu registro na CVM acelerou as discussões na entidade.

Lorenzo disse que a entidade deve ajuizar uma ação contra a Gasmig, mas decidiu fazer antes um gesto para uma resolução negociada e deve encaminhar carta à empresa, mas apontando a possibilidade de uma briga nos tribunais.

“A Gasmig ter pago para obter mais 30 anos de concessão foi ótimo para ela. Como é que uma empresa vai para a Bolsa, por exemplo, ou vai abrir capital com a concessão vencendo dali a três anos? Não tem jeito”, disse ao **Valor** o presidente da Gasmig, Pedro Magalhães. Ele afirmou que o custo da outorga não necessariamente será repassado para os consumidores ao longo dos próximos dez anos.

“Isso não quer dizer que a gente tenha obrigação de repassar. Se a empresa estiver dando lucro e indo bem, ela pode amortecer”, disse. Ele diz que a empresa conseguiu uma redução em janeiro de 9% do valor do gás comprado da Petrobras, e que repassou 5% para os consumidores. E em abril, mais 7%.

Ao comentar as críticas da Abrace, ele reforça que a Gasmig já está praticando uma das tarifas mais baixas de gás no país - graças a esses descontos. No início do mês, Magalhães disse ao **Valor** que a Gasmig deveria ter até agosto formalizado seu registro na CVM.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/06/2020

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira — De Genebra

Título: Investimento direto na AL deve cair pela metade

O fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) para a América Latina deve cair dramaticamente em 2020, reduzindo-se à metade em comparação aos US\$ 164 bilhões no ano passado. O Brasil, maior economia da região, será “afetado significativamente” em meio a fortes incertezas políticas e infecções de covid-19. O volume de capital estrangeiro para o país só tende a começar uma retomada em 2022.

A projeção é da Agência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que publica hoje o “Relatório Mundial de Investimentos 2020”. Globalmente, é esperada uma contração de 40% no fluxo de IED neste ano, o menor nível das últimas duas décadas.

A América Latina será a região mais atingida pelo recuo do IED, com cerca de US\$ 80 bilhões a menos, em meio a “condições de partida relativamente fracas

devido a vulnerabilidades estruturais e incertezas políticas (que) também tornam a região mais exposta a choques”.

Para James Zhan, diretor de Investimentos e Empresas na Unctad, a pandemia de covid-19 causa turbulências políticas, sociais e fraquezas estruturais, “levando as economias da região a uma profunda recessão e exacerbando os desafios para atrair investimentos estrangeiros”.

Ele nota que o Brasil “teve um resultado muito bom em 2019”, com aumento de 20% na captação de investimento estrangeiro direto, mas aponta agora muitas incertezas e preocupação em geral e acha que o país sofrerá significativamente. Ele não comenta diretamente a situação política no país. Mas fontes na cena multilateral notam que investidores sabem o que acontece na maior economia da América Latina e pelo momento preferem manter certa prudência sobre planos para o país.

A Unctad mostra que, em 2019, investidores foram atraídos por projetos brasileiros de extração de óleo e gás e do setor elétrico. Nos primeiros nove meses do ano, o governo levantou US\$ 20 bilhões com privatizações e desinvestimentos, US\$ 1,4 bilhão em pagamentos para direitos de operar infraestrutura e US\$ 3 bilhões na venda de ativos naturais, principalmente áreas controladas pela Petrobras.

Para 2020, acrescenta a Unctad, o governo brasileiro tinha expectativa de vender mais US\$ 35 bilhões de ativos. No entanto, a pandemia jogou de novo a economia na recessão. A volatilidade causada pela crise piorou as condições de vendas, levando as autoridades a adiar a maioria dos negócios previstos.

Também transações aguardando aprovação regulatória foram suspensas. Isso inclui a venda da Eletrobras e de oito refinarias da Petrobras valendo US\$ 10 bilhões. As vendas de ativos de exploração e produção de petróleo deverão ser as mais afetadas pela queda no preço do petróleo, o que diminuiu mais da metade no valor de mercado da Petrobras, diz a agência da ONU.

Em 2019, o Brasil atraiu 42 projetos por investidores estrangeiros na área de energia renovável. No primeiro trimestre de 2020, registrou aumento de 12% no número de projetos. Agora a expectativa é igualmente de desaceleração forte no segmento por causa da pandemia.

No começo do ano, dados preliminares da Unctad apontavam o Brasil como o quarto país a mais atrair IED em 2019 e previa cenário positivo para 2020 com o programa de privatizações do governo federal. Agora, revisou os dados no Relatório Mundial de Investimentos. O Brasil agora aparece na sexta posição em 2019, com captação de US\$ 72 bilhões comparado a US\$ 60 bilhões no ano

anterior. Estados Unidos, China, Cingapura, Holanda e Irlanda lideram a capação de investimento externo.

O baixo preço do petróleo e da maioria das commodities vai afetar duramente investimentos não só no Brasil, mas também em Colômbia, Argentina, Chile e Peru. Dados do primeiro trimestre para o Brasil mostram retração de 77% de investimentos estrangeiros em ações em óleo e gás. O número de projetos novos para extração de óleo e gás e mineração declinou 25% e 40% respectivamente.

A Unctad aponta a indústria automotiva como uma das mais atingidas pela pandemia na região. Afirma que o fluxo de IED para produção de carros no Brasil caiu 64%. A indústria têxtil também sofre choques de demanda e oferta na região.

O número de aquisições estrangeiras na região diminuiu 78% em abril. Desde o começo de fevereiro, as grandes companhias na América Latina revisaram para queda de mais de 50% nas suas expectativas de ganhos para 2020, mais do que companhias em outras regiões. O aperto das margens para reinvestimentos é evidente. Na maioria dos países da região, ganhos reinvestidos representam mais de um terço dos fluxos. Assim, quanto mais uma subsidiária estrangeira perde, maior a queda no fluxo de IED.

Para a Unctad, no médio prazo as implicações da pandemia nos fluxos de IED para a região vão depender do grau de severidade da contração econômica e da velocidade da recuperação. No momento, a tendência é de mais contágio na região.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/06/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENURA BRASÍLIA

Título: Proibição de corte de energia vale até fim de julho, decide Aneel

A Agência Nacional da Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem prorrogar o prazo de proibição de corte de energia dos consumidores inadimplentes. A medida valerá até 31 de julho. A proibição de cortar o fornecimento de energia de inadimplentes está em vigor desde 24 de março, mas perdia validade na próxima semana. Inicialmente, a medida valeria por três meses.

A avaliação da Aneel é de que o impacto do coronavírus vai continuar nos próximos meses. Isso afeta a capacidade de pagamento das famílias e de empresas.

A medida valerá para todo o Brasil, para todas as residências e para os serviços essenciais. A dívida não será quitada. A Aneel já discute adotar um prazo maior de proibição de corte, ao menos para consumidores de baixa renda.

Dados sobre a arrecadação de distribuidoras de energia indicam que famílias carentes usaram parte do auxílio emergencial para quitar contas de luz atrasadas.

O pagamento dessas contas foi registrado em maio, quando o comportamento dos consumidores de baixa renda se diferenciou de todas as demais classes de clientes das empresas de energia. A inadimplência de indústrias e até mesmo órgãos do poder público cresceu no mês passado. Com isso, o índice total de calotes entre os clientes das distribuidoras caiu fortemente em maio, para 4,5%, contra pouco mais de 10% em abril, segundo a Aneel.

A agência destacou que os clientes de baixa renda tiveram no mês passado uma "inadimplência negativa", ao pagarem mais às distribuidoras do que o valor das faturas emitidas para eles no mês.

Esses consumidores tiveram "inadimplência negativa" de 11,6% em maio, contra 13,75% de inadimplência no mesmo mês do ano anterior.

Entre clientes residenciais fora dessa categoria, a inadimplência subiu para 5,25%, de 1,5% em 2019.

A indústria e o comércio viram os pagamentos não realizados saltarem para cerca de 4,5%, contra inadimplência de -0,8% e -2% em maio de 2019.

Clientes do poder público tiveram inadimplência de quase 8%, contra -3,3% no ano anterior.

Em abril, uma medida provisória garantiu a isenção das contas de luz por três meses para famílias carentes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/06/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: BNDES tem carteira de 73 projetos de infraestrutura

Banco avalia que eles podem gerar R\$ 190 bi em investimentos e elabora plataforma de dados com objetivo de atrair estrangeiros

O BNDES tem 73 projetos de privatização em andamento que podem gerar quase R\$ 190 bilhões em investimentos privados em 19 setores. De acordo com Fábio Abrahão, diretor de Infraestrutura, Concessões e PPPs (Parcerias Público-Privadas) do BNDES, desse total, 32 iniciativas estão ligadas à infraestrutura social, como saneamento, iluminação pública e meio ambiente. Rodovias, portos e mobilidade urbana somam 11 projetos.

Abrahão citou o edital para privatizar serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto da Cedae, colocado em consulta pública semana passada. Ele lembrou que a privatização pode gerar 45 mil empregos durante as obras e com a operação. Ele participou do seminário “Retomada do Crescimento por meio de Investimentos em Infraestrutura”.

— Há uma carência de investidor estratégico hoje. Por isso, estamos no movimento de atração. Vamos ainda criar uma plataforma que excede a troca de informações e de acesso. Queremos expandir esse conceito para receber informações de investidores. Estamos desenhando e deve entrar em operação em setembro. O objetivo é abrir o Brasil para o investidor estrangeiro. Não adianta colocar investimentos na prateleira e não ter investidor —disse Abrahão.

Gustavo Montezano, presidente do BNDES, destacou que, apesar da crise pela pandemia, os trabalhos em torno dos projetos de privatização não foram suspensos.

—Hoje, o pipeline de projetos estaduais já é maior que o volume de iniciativas no âmbito federal. O desafio do BNDES é trabalhar em parceria com outros bancos de desenvolvimento e instituições financeiras. O sucesso depende do cofinanciamento e da sindicalização. Trazer esses bancos com outra leitura de risco vai ajudar a avaliar os projetos —afirmou Montezano, lembrando ainda do projeto de o banco atuar como garantidor.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, disse que “crédito é dificuldade no mundo inteiro”.

—Paramos as reformas para as medidas emergenciais e combate ao coronavírus. Mas são necessárias, como a tributária. Paulo Guedes já preparou um grupo para pensar na retomada —disse, destacando as áreas de saneamento e energia, com destaque para a Eletrobras, como prioridades na privatização.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 16/06/2020****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Socorro de até R\$16 bi a elétricas**

As distribuidoras de energia poderão receber um socorro no valor máximo de R\$ 16,25 bilhões por conta dos prejuízos sofridos com a queda da demanda e o aumento da inadimplência dos consumidores durante a pandemia do novo coronavírus. O cálculo foi feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e estipulado no voto da relatora Elisa Bastos, apresentado, ontem, em reunião extraordinária da diretoria. O órgão regulador também prorrogou até 31 de julho a resolução que proíbe o corte no fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento das contas. Aprovada em 24 de março, com vigência de 90 dias, a medida perderia validade em 23 de junho.

Elisa Bastos foi a relatora dos dois processos. O mais polêmico foi o da chamada Conta-Covid, que levou a sessão para além das 23h, sem que os diretores tivessem decidido. Houve divergências em vários pontos de ressalvas sobre pedidos de ajuda das distribuidoras. Para determinar o valor e as condições dos empréstimos às concessionárias, a diretora levou em consideração 419 contribuições recebidas em consulta pública.

O presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, ressaltou a necessidade de manter a sustentabilidade do setor para garantir a retomada da economia. “Na cadeia produtiva, a distribuição é o elo entre consumidores e os outros agentes, encarregada da arrecadação. Por isso, é a mais afetada pela pandemia. O empréstimo é um passo fundamental para resguardar a liquidez das empresas e evitar impactos tarifários para os consumidores”, disse.

Sobre a prorrogação da proibição de corte de energia por falta de pagamento, a diretora da Aneel observou que, quando a resolução foi aprovada, havia a expectativa de que, em junho, o país já tivesse superado as medidas de isolamento social. Elisa Bastos lembrou que as medidas vão se estender e, por isso, o prazo também foi esticado.

MME / ASCOM .